



**INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA - IFSC**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**  
**INTEGRADA À EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE**  
**JOVENS E ADULTOS - PROEJA**

**AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DE**  
**REDE NO ACESSO À EJA E À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

**Adriana Fátima Frigotto<sup>1</sup>**

**RESUMO:** O estudo aborda a relevância do trabalho de rede no acesso à EJA e à educação profissional para as pessoas em situação de rua e tem como objetivo dar visibilidade à atuação da rede. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica; a pesquisa exploratória desenvolvida com base na prática profissional da autora que atua como educadora social na equipe da Abordagem Social da Prefeitura de Florianópolis; com abordagem qualitativa e de pesquisa-ação. Indica Sanicola (2009) que a vulnerabilidade social pode ser uma fase transitória e as redes são determinantes na superação. À população em situação de rua: tem vínculos interrompidos ou rompidos; ainda é, em essência doente, seja por questões de drogadição, alcoolismo, transtornos psiquiátricos ou pela permanência na rua; Não apresenta documentação civil (extravio, roubo, perda); As múltiplas carências de condições básicas desse coletivo impedem o surgimento de demandas educacionais. As ofertas de atividades educativas são escassas, feitas de forma aleatória, de planejamento aligeirado, de objetivo frágil e de questionável sustentação pedagógica. Conclui-se que: A esses indivíduos, que vivem em espaços abertos, podem ser ofertados momentos de formação quando da frequência ao Centro Pop de Florianópolis. No acompanhamento sócio educacional em ações não formais de educação pode-se prospectar demandas para planejar outros processos, como a EJA e a Educação Profissional. A consolidação do trabalho da rede é fundamental para a concretização de políticas sócio educacionais que visem garantir os direitos da população em situação de rua.

**Palavras chaves:** EJA. PROEJA. Pessoas em situação de rua. Redes. Educação não formal.

---

<sup>1</sup> Adriana Fátima Frigotto. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Bacharel em Comunicação Social – RP, estudante da 5ª fase de pedagogia. [adrifrigotto@hotmail.com](mailto:adrifrigotto@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

A motivação pessoal em realizar esta pesquisa surgiu no exercício das funções profissionais como educadora social, especialmente pela vivência na atuação e intervenção direta junto à população de rua, como membro da equipe de Abordagem Social (Abordagem de Rua) alocada junto ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social para a População em Situação de Rua - Centro Pop, na Secretaria de Assistência Social de Florianópolis.

No cotidiano do exercício profissional constatou-se, a partir das reuniões de equipe para estudos de caso, que os aspectos educacionais e de formação destes sujeitos não são considerados como uma de suas necessidades básicas. Isto se dá, por que estas pessoas vivem uma condição de extrema vulnerabilidade, carente das condições básicas mínimas para uma vida digna, com restrito acesso aos direitos sociais e na concepção dos direitos humanos; a violação de direitos.

Ao observar a atuação da equipe multidisciplinar (gestores, psicólogos, assistentes sociais, profissionais do consultório na rua, educadores sociais) verifica-se a lacuna deixada pela ausência do trabalho dos <sup>2</sup>profissionais da educação. Que atuam como mediadores de processos educacionais na transformação da realidade desses sujeitos. Isto é, através do conhecimento e do reconhecimento de sua própria condição, do ambiente onde vive, e das <sup>3</sup>possibilidades que poderiam ser acessadas por meio da educação.

O artigo foi desenvolvido por pesquisa exploratória, revisão bibliográfica e abordagem qualitativa mais a pesquisa-ação.

A pesquisa exploratória está relacionada à formulação de questões ou de um problema com tripla finalidade: desenvolver hipóteses; aumentar a familiaridade com o ambiente, fato ou fenômeno para realização de uma futura pesquisa mais profunda; modificar ou clarificar conceitos. (MARCONI; LAKATOS, 2006 apud IFSC, 2014, p. 37).

---

<sup>2</sup> A presença do profissional da Pedagogia – não é obrigatória de acordo com a resolução do CNAS nº 17/2011.

<sup>3</sup> Possibilidades de autonomia e empoderamento peculiares do processo educativo.

Assim a pesquisa exploratória,

(...) contribui, entre outros aspectos, para ampliar teoricamente temas pouco aprofundados. Elas “[...] são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.” (GIL, 2006. p. 44 apud IFSC.2014,p. 37).

A abordagem qualitativa,

(...) é fundamental para a compreensão de particularidades, possibilitando a exteriorização da subjetividade, sem a necessidade de assegurar a homogeneidade dos resultados. Portanto, responde a questões mais particulares. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes “[...], dessa forma [...] corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.” (MINAYO, 1992, p. 23 apud IFSC 2014, p.44).

A pesquisa-ação

Nessa pesquisa o conhecimento visado tem uma articulação com a intenção de alterar a situação pesquisada, fazendo com que, ao mesmo tempo em que se realiza o diagnóstico e a análise da situação, proponha-se mudanças que aprimorem as práticas analisadas. (Severino, 2007, p.120 apud IFSC 2014.p.39).

O problema da pesquisa pretende verificar a importância do trabalho em rede no acesso à EJA e à educação profissional para as pessoas em situação de rua.

Tendo como objetivo geral a discussão da importância do trabalho de rede no acesso à EJA e à educação profissional pelo público em situação de rua.

Os objetivos específicos são: Apontar as fragilidades do trabalho de rede no atendimento às pessoas em situação de rua; Buscar alternativas que conjuguem a inserção da EJA e da educação profissional com as necessidades primárias de: comer, beber, usar sanitários e dormir em segurança; Revelar a importância, o poder e a força da rede no trabalho social, de saúde e educação.

Constata-se na revisão bibliográfica que a população em situação de rua tem sido pouco estudada quanto às necessidades e demandas. Provavelmente, por isso ainda há tão

poucas fontes de pesquisa. Condição que justifica a importância do desenvolvimento desse estudo.

As pessoas em situação de rua vivem à margem da sociedade. Segundo a <sup>4</sup>Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, em 2008, referenda que Além da vulnerabilidade a que estão expostas; os direitos à cidadania, a proteção social, à vida dessa população são comumente, desrespeitados. São foco de ações pontuais, reativas e descontinuadas, tanto das organizações civis quanto dos serviços e redes públicas.

Por outro lado essa mesma pesquisa revela a força e o poder dessas organizações e serviços públicos quando atuam de forma associada e sintonizada com as demandas e necessidades do público alvo, ou seja, assumem o papel de redes. A temática desse trabalho está fundamentada nessa concepção: a importância do trabalho de rede no acesso à EJA e à educação profissional pelas pessoas em situação de rua.

## **2. O atendimento as pessoas em situação de rua**

[...] Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.” (Decreto nº 7.053.dez.2009.)

A população em situação de rua pode ser compreendida como aqueles indivíduos que utilizam as ruas como ambiente de moradia e sobrevivência. Comumente essas pessoas encontra-se em situação de vulnerabilidade social, contudo essa condição pode ser entendida como transitória.

---

<sup>4</sup> Pesquisa Nacional Censitária e Por Amostragem da População em Situação de Rua, realizada em 2007, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Acreditar na transitoriedade da vulnerabilidade pode significar a chance de mudar para melhor essa mesma realidade, ainda que aparentemente se demonstre naquele momento de natureza imutável.

Para a assistente social, Lia Sanicola

Vulnerabilidade [...] este conceito geralmente utilizado para definir um estado permanente de dificuldade, de um modo um tanto estático, quase como se fosse uma forma de rotulação do sujeito ligado a um ou mais tipos de situações de risco [...]. Na verdade, a vulnerabilidade, por mais que às vezes possua o caráter de permanência, pode ou não representar um risco, dependendo da relação que se estabelece entre os desafios da necessidade e os recursos disponíveis para enfrentá-los. Quando o equilíbrio entre desafios e recursos é rompido surge o risco da vulnerabilidade, que pode ser atenuado por um aumento de recursos. (SANICOLA, 2008, p. 7-8).

A reflexão sobre classes sociais e condição econômica, não é suficiente para justificar a situação dos que acabam nas ruas e nem para criminalizar os pobres já que,

[...] o modelo de desenvolvimento socioeconômico vigente no Brasil, produto da dependência econômica externa histórica do país, é baseado nas exportações agroindustrial, agropecuária e de matérias-primas e na importação acrítica das tecnologias produzidas nos países de capitalismo avançado. Isso, ao longo do tempo, vem fazendo com que o país não tenha um modelo próprio de desenvolvimento orientado às suas necessidades econômicas e melhorias sociais. Ao invés disso, historicamente, prevalece à submissão dos indicadores econômicos ditados desde fora, aos organismos internacionais de financiamento e aos investidores internacionais, principalmente os de curto prazo, na verdade, especuladores. Diante da ausência desse modelo de desenvolvimento socioeconômico próprio, há dificuldades para programar políticas de Estado para os diversos segmentos que constituem a sociedade brasileira (MOURA, 2004. apud BRASIL, 2007, p. 23-24).

Entre outras características a população em situação de rua bem como outros grupos sociais vulneráveis da EJA se encontra como:

[...] coletivos excluídos [que] constituem a “população precária”, a qual historicamente, tem sido oferecido mecanismos de inclusão precária. Esta população tem um papel relevante ao constituir um exército de reserva e contribuir para exercer uma constante pressão de baixa sobre os salários dos que tem emprego e funcionar como armazém humano para equilibrar as oscilações conjunturais da demanda de mão-de-obra. (DIETERICH, 1999; MOURA, 2004 apud Documento base PROEJAM. 2007 p.24.).

## O contexto da pesquisa

Como contexto da pesquisa está o Centro de Referência Especializado de Assistência Social para a População em Situação de Rua, o Centro Pop caracteriza-se como instituição pública municipal, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), neste caso à Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF).

O Centro Pop atua com a política de assistência social, operando com a proteção social de <sup>5</sup>média complexidade, dessa forma a instituição oferta o amparo socioassistencial especializado para os cidadãos que utilizam as ruas como espaço de moradia, trabalho e sobrevivência.

No município de Florianópolis, o Centro Pop foi criado em dezembro de 2010, a partir do Plano de Enfrentamento ao Crack e outras drogas. Sua sede fica localizada no centro de Florianópolis, nas dependências da Passarela do Samba Nego Quirido, um espaço da Secretaria de Turismo, local de fácil acesso para os usuários, é um espaço improvisado que obrigatoriamente deve ser desocupado<sup>6</sup> na época do Carnaval e por ocasião de alguns outros eventos. É constituído de espaço coletivo alado à passarela, refeitório rotativo, pois não tem condições de atender todos ao mesmo tempo. São servidos em média 120 almoços<sup>7</sup>, às vezes faltam e outras sobram refeições. Os camarotes são usados como salas de atendimento. Há um banheiro masculino com três box de vaso e chuveiro e um feminino com três sanitários e duas duchas. Esse é o espaço para que os moradores de rua de Florianópolis façam a higiene pessoal e três refeições gratuitas por dia. A <sup>8</sup>UBS da Prainha é a unidade de saúde de referência de atendimento da <sup>9</sup>população em situação de rua.

---

<sup>5</sup> Proteção Social Especial de Média Complexidade oferece atendimento socioassistencial às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal ou social por ameaça ou violação de direitos, cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos e que demandam intervenções especializadas.

<sup>6</sup> Eles ficam desassistidos nesses intervalos de tempo. Trabalha apenas a Abordagem Social que é deslocada para o albergue ou na Secretaria de Assistência Social. Isso para o atendimento do disque denúncia.

<sup>7</sup> As refeições são licitadas. Os usuários reclamam muitas vezes da qualidade da comida.

<sup>8</sup> UBS denomina a unidade básica da saúde do bairro denominado Prainha que faz parte da área central.

<sup>9</sup> Nessa UBS Unidade básica de saúde não é exigido o comprovante de endereço documento obrigatório em outras unidades.

A população que utiliza as ruas como o seu ambiente de moradia, trabalho e sobrevivência, pode dispor do serviço de <sup>10</sup>atendimento psicossocial de acolhimento no Centro Pop. Contudo há demanda reprimida, além dos períodos descobertos devido ao carnaval, recesso de Natal e Ano Novo, o atendimento que deveria acontecer de 8:00 até às 18 horas é reduzido temporariamente de 8:00h da manhã às 13:00h motivado por questões relacionadas à carência de segurança em tempo integral.

Além do serviço especial para pessoas em situação de rua, o funcionamento da instituição está articulado também com os demais serviços de acolhimento, tendo como foco a possibilidade de reinserir esse usuário à sociedade, tais como: abordagem social e Casas de Apoio.

Todo o trabalho do Centro Pop tem como objetivo ou *missão* estabelecer o fortalecimento de vínculos entre o usuário e a instituição (Centro Pop). A frequência do público a esse espaço físico possibilita, oportunidades de efetivação de outros encaminhamentos pelos técnicos que lá atuam. São condições que podem favorecer o caminho de superação da situação de vulnerabilidade social.

O desafio está em converter esse local num espaço de educação e de reflexão para a consciência crítica com relação à cidadania, direitos e deveres e outros.

### **O serviço de abordagem social e o estigma que envolve as pessoas em situação de rua**

A abordagem social é um serviço móvel e no momento está integrado ao Centro Pop. As demandas feitas ao serviço de abordagem social são denominadas *denúncias*. São chamadas telefônicas feitas para o celular da Abordagem Social ou para o Disque Denúncia. Acessa o <sup>11</sup>serviço, a população, a polícia e outros órgãos públicos, as *denúncias* dizem respeito aos indivíduos que estão em situação de rua. Pode-se aprofundar a temática ou uso do

---

<sup>10</sup> Todo Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua oferta, obrigatoriamente, um Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.”

<sup>11</sup> As solicitações de serviço são as mais variadas, tais como: uso indevido do espaço público e privado, situação de risco de morte, sujeitos que acumulam lixo e sujeira em frente ao comércio, bloqueiam a passagem para os clientes na área comercial entre outros.

termo *denúncia*<sup>12</sup> com o histórico do Disque Denúncia da Prefeitura Municipal de Florianópolis, e o questionamento de que a abordagem social está a serviço não propriamente, da <sup>13</sup> pessoa em situação de rua, mas para mediação ou resolução daqueles que se sentem estorvados por eles. Neste contexto, compreende-se denúncia como a <sup>14</sup> representação do pensamento social que desqualifica e rotula e até mesmo criminaliza os desprovidos de recursos.

“... a existência de representações sociais pejorativas, em relação à população em situação de rua, que se materializam nas relações sociais. Vagabundo, preguiçoso, bêbado, sujo, perigoso, coitado, mendigo. São designações comuns dirigidas às pessoas em situação de rua.” (Mattos. Ferreira 2004.p.01).

É no cotidiano da realidade apresentada que atua a equipe da abordagem social, tendo como cenário ruas, praças, becos, lixeiras, viadutos, pontes, marquises, edificações

---

<sup>12</sup> Segundo o Dicionário Aurélio o conceito de denúncia é o ato ou efeito de denunciar; acusação em que se atribui falta ou crime a alguém. Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda janeiro de 2009 Mini Aurélio 7ª edição Acordo ortográfico Editora Positivo.

<sup>13</sup> O serviço da abordagem social é em boa parte das vezes contraditório. Atender integralmente a solicitação da população civil implica em violar os direitos das pessoas em situação de rua. Disponível em: <http://ricmais.com.br/sc/cidades/videos/apos-protostos-prefeitura-de-florianopolis-monta-posto-de-atendimento-a-mendigos-em-canasveirias/>. Acesso em: 08 abril 2015.

<sup>14</sup> Segundo os mesmos autores, estas representações sociais quanto à população em situação de rua acaba se consolidando num conhecimento social compartilhado, um pré-conceito para apreender o outro, que é e institucionalizado e transmitido entre gerações, tornando-se uma construção histórica simbólica, entendida como evidente. “O ápice da tipificação. é a completa apreensão da pessoa como um. tipo, somente pelos aspectos rotulados, negando sua humanidade e a transformação a ela inerente.” (2004, p.48). Para complementar toda esta representação social negativa que envolve a população em situação de rua e a violência simbólica a que este grupo social encontra-se imersa, soma-se ainda a “invisibilidade”. Acostumada a deparar-se com cenas que envolvem a população que vive nas ruas há a tendência à naturalização pela sociedade, e a desconsideração de que os sujeitos protagonistas destas cenas são seres humanos: Fazem apenas parte da paisagem. O estigma que envolve a população de rua piora ainda mais sua situação quando por vezes há introjeção por estes sujeitos que acabam aceitando e acreditando nos rótulos a eles atribuídos, acreditando-se únicos responsáveis e culpados pela sua condição. Por outro lado quando rejeita ser rotulado o sujeito pode encontrar na luta pela garantia de seus direitos motivação para não permanecer na condição de invisível. Neste contexto a importância dos serviços de assistência social e do papel da educação no estímulo ao empoderamento destes sujeitos para que possam se fortalecer e andar rumo a sua própria humanização. quando rejeita ser rotulado o sujeito pode encontrar na luta pela garantia de seus direitos motivação para não permanecer na condição de invisível. Neste contexto a importância dos serviços de assistência social e do papel da educação no estímulo ao empoderamento destes sujeitos para que possam se fortalecer e andar rumo a sua própria humanização. Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/jornal-do-almoco/videos/t/edicoes/v/assistencia-social-de-florianopolis-intensifica-operacao-de-abordagem-nas-ruas/3483347/>. Acesso em: 08 abril 2015.



abandonadas, matagais e praias, buscando romper o estigma que envolve esta parcela da população, garantir-lhes o acesso à rede de serviços socioassistenciais.

### **A assistência social e o trabalho das redes no atendimento a pessoas em situação de rua**

As redes funcionam de forma célere e articulada para as pessoas em situação de rua quando a demanda de atendimento diz respeito a menores, idosos, mulheres vítimas de violência doméstica, famílias com crianças. Isso se justifica pela execução da proteção especial garantida por leis e estatutos, bem como pela atuação efetiva do Ministério Público. Infelizmente, o mesmo não acontece com os demais indivíduos.

Quanto aos serviços de assistência social; a tipificação nacional que regulamenta a política de atendimento às pessoas em situação de rua, determina que,

O serviço especializado em Abordagem Social é um serviço ofertado de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar o trabalho social de abordagem e busca ativa. A ação busca identificar nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, pessoas em situação de rua, dentre outras. Deverão ser considerados locais como: praças, entroncamento de ruas e estradas, áreas fronteiriças, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros. O Serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos. Proteção social proativa; conhecimento do território; informação, comunicação e defesa de direitos; escuta; orientação e encaminhamentos sobre/para a rede de serviços locais com resolutividade; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de políticas públicas setoriais; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; geoprocessamento e georeferenciamento de informações; elaboração de relatórios. Este serviço de abordagem social tem uma relação direta com o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. O trabalho de abordagem pode ser realizado por educadores sociais e o atendimento é realizado pelos técnicos do serviço especializado. Também se verificou que a equipe – assistente social, psicólogo e pedagogo – pode ser a mesma referenciada.

O Centro Pop está como uma estrutura física de acolhimento dia das pessoas em situação de rua. Por sua vez a Abordagem Social utiliza uma estrutura móvel que tem sua base no Centro Pop e que atua muito mais sob demanda de outros, ou seja, reativa, mas também executa papel proativo, quando aciona, ou faz, a busca ativa. Gera demandas e encaminhamentos a outros órgãos e áreas, principalmente no acesso à saúde, benefícios e <sup>15</sup>documentos pessoais.

Atuar e intervir junto a este público demanda recursos de uma rede de apoio socioassistencial interdisciplinar que permita garantir subsídios para atender suas demandas e eliminar a condição de vulnerabilidade, possibilitando o estímulo a novos projetos de vida. Isso faz o link entre a rede de apoio a pessoas em situação de rua com a proposta de intervenção de rede de Sanicola: “a intervenção de rede atua com o risco de vulnerabilidade das pessoas e pode reduzi-lo, na medida em que consegue ampliar em quantidade e qualidade, o capital de relações humanas à disposição.”.

Assim, operadores e estudiosos observaram as redes e sistematizaram modelos para a ação como é o caso do método de intervenção de rede criado pela pesquisadora, diz que,

(...) o conceito de rede tornou-se operacional, como forma de intervenção, quando alguns operadores e estudiosos, ao encontrarem e reconhecerem uma entidade relacional do tipo coletivo que não pode ser identificada nem com a família nem com o grupo, experimentaram empregar esse conceito em sua ação e verificaram resultados positivos.(SANICOLA, 2008, p. 23.).

Sanicola (2008) aduz que o método desenvolvido; intervenção de rede se encontra na perspectiva da política social, por isso a intervenção de rede postula que.

[...] as redes primárias – a família, em primeiro lugar – devem poder estabelecer uma relação de autonomia com as redes secundárias, as quais, por sua vez, devem prestar ajuda sem, com isso, substituir as redes primárias e expropriá-las de seu potencial de protagonismo social. Assim, as redes secundárias, de um lado, não diminuem ou eliminam as responsabilidades institucionais e, de outro, reclamam a liberdade da ação do povo; das pessoas envolvidas. (SANICOLA, 2008, p. 9)

---

<sup>15</sup> Leia-se acesso à cidadania. Acesso aos documentos pessoais retarda o atendimento, como por exemplo: a internação numa comunidade terapêutica.

Considerando que rede tem diversas acepções e pertence à linguagem comum pode-se ilustrar dizendo que “[...] a idéia de rede para alguns, associa-se ao trapezista e, para outros, ao caçador, para alguns, refere-se ao suporte e, para outros, ao controle.” (SANICOLA, 2008, p. 14.).

Quanto ao conceito de rede e trocas sinérgicas pode-se dizer que: O conceito de rede indica um “objeto” que cria uma relação entre pontos mediante ligações entre eles que, cruzando-se, são amarradas e formam malhas de maior ou menor densidade. No ponto de ligação, ou seja, no nó e por meio do nó, acontecem trocas sinérgicas. Essa estrutura particular confere ao objeto em questão um conjunto de propriedades, como transparência, flexibilidade, flutuação e resistência. Tais propriedades são otimizadas, desenvolvendo uma série de funções que podemos resumir em dois grandes grupos: a função de suporte, de um lado, e a função de contenção e controle, de outro. (SANICOLA, 2008, p. 14.)

Os moradores de rua constroem vínculos com seus pares, a ponto de que, quando um deles, consegue acesso a determinado serviço da rede pública, como abrigo em casa de apoio, tende a atrair aqueles com os quais tinha vínculos para o mesmo status. Infelizmente, o mesmo se dá, quando esse mesmo usuário evade da casa de apoio ou retorna à rua,<sup>16</sup> seus pares tendem a fazer o mesmo.

Tomando as pessoas em situação de rua e a quebra de vínculos familiares, pode-se afirmar em relação à rede que,

Diferentemente do que ocorre nas famílias, as fronteiras da rede ultrapassam em muito a da família estendida, e as funções desempenhadas por redes e famílias não são idênticas. As redes não têm como finalidade principal assumir as funções desempenhadas pela família. Elas desempenham funções diferentes, que completam aquelas que são desempenhadas naturalmente pela rede familiar, como acontece no caso da rede de amigos, que constitui uma trama de relações específicas e qualitativamente inconfundíveis, ou na rede dos colegas de trabalho, que podem configurar um âmbito de apoio, a ponto de se constituírem dinâmicas de solidariedade de grande fôlego coletivo. (SANICOLA, 2008. p. 21-22).

Como se encontra coletivos na população de rua também se encontra sujeitos que preferem viver isoladamente. Um exemplo típico disso é a separação ou pouca convivência do alcoólatra com o dependente de entorpecentes.

---

<sup>16</sup> Grupos sociais tem características comportamentais similares são solidários entre os membros do mesmo grupo. Grupos sociais usuários de álcool e de drogas ficam apartados por livre arbítrio.

Quando a autora se refere à substituição de rede diz que,

rede primária é constituída por familiares, amigos, vizinhos e comunidades e a rede secundária é representada pelo Estado e organizações sociais que podem ocupar funções da rede primária mesmo sendo secundária. Normalmente são papéis efetivos ocupados de forma não permanentemente, quando da ausência daqueles característicos da rede primária. Podem ocupar esses papéis tanto profissionais da equipe de serviço social ou de saúde, quanto os voluntários ou ajudantes naturais. Contudo, essa substituição deve ser transitória para que se constitua o protagonismo do público atendido. (SANICOLA, 2009.p.nove e 124.).

As pessoas em situação de rua fazem parte de um público de extremo rompimento de vínculos. Haja vista, a perda de vínculos com os familiares e território de origem.

### **Políticas públicas sociais no Brasil**

Segundo divulgado no site do Ministério de Desenvolvimento Social, o Sistema Nacional de Informação do Sistema Único de Assistência Social (Rede SUAS) surgiu para suprir necessidades de comunicação no âmbito do SUAS e de acesso a dados sobre a implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a Rede serve como instrumento de gestão e divulgação a gestores, técnicos, entidades, sociedade civil e usuários.

O Documento que contempla a tipificação das políticas públicas nacionais de serviços socioassistenciais, institui que,

[...] o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua é ofertado para aqueles que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva do fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. Além disso, assegura trabalho técnico para análise das demandas dos usuários, orientação individual e grupal e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais, demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos que possam contribuir para a construção da autonomia, inserção social e em rede de proteção social. (MDS. 2013.p.36).

É nesta perspectiva da construção da autonomia e da inserção social que se percebe a importância de uma política pública educacional integrada as demais políticas: socioassistências e de proteção social, num esforço conjunto para oportunizar a esta população marginalizada, acesso a projetos que estimulem e apoiem a escolha e o planejamento de um novo projeto de vida. Dentre esses; a EJA e a educação profissional.

Efetivamente o que tem sido feito nesse sentido se resume à divulgação escrita (em formato ofício) no quadro mural do Centro pop do endereço de uma escola pública na região central que oferece a EJA nos períodos matutino e noturno; Escola Silveira de Souza, na rua Alves de Brito, nº334, Florianópolis.

## **O direito à saúde vem antes ou depois do direito à educação?**

### **Saúde**

Como trabalhar a saúde? Falar em projeto de vida e políticas integradas sem dar a devida importância às questões relacionadas à saúde da população em situação de rua?

Atendidas as demandas imediatas de alimentação, roupas e <sup>17</sup>uso de sanitário e ducha, tem relevância fundamental no atendimento aos direitos das pessoas em situação de rua: a atenção à saúde.

Não há como ter sucesso em intervenções educacionais se a pessoa não tiver a disposição, a condição física e psíquica para tal iniciativa.

A vulnerabilidade social das pessoas que se expõem a morar nas ruas é na maior parte das vezes decorrente de <sup>18</sup>problemas de saúde. Situação que se agrava com a passagem do

---

<sup>17</sup> Florianópolis não dispõe de sanitários e nem duchas gratuitas nas praças e outros espaços públicos da áreas central e continental. No Centro Pop há três sanitários com duchas para homens e outros dois para mulheres. No verão que chega até 40 graus, o atendimento ao usuário está limitado ao horário de funcionamento da unidade, ou seja, às 13h. Há inúmeros conflitos no uso dos sanitários e duchas que demandam o monitoramento e mediação do servidores da unidade.

<sup>18</sup> Disponível em: <http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/219038-cresce-o-numero-de-moradores-de-rua-em-florianopolis.html> Acesso em: 08 abril 2015.

Disponível em: <http://www.deolhonailha.com.br/florianopolis/noticias/assistencia-social-amplia-o-trabalho-de-abordagem-a-moradores-de-rua.html> Acesso em: 08 abril 2015.

tempo e concomitantemente dificulta e até inviabiliza a saída das ruas. Além do rompimento de vínculos com familiares e amigos e das dificuldades de adaptação ao convívio social comunitário. Essas pessoas tem resistência em “abrir mão” da aparente ou <sup>19</sup>suposta liberdade vivida nas ruas. O maior contingente de moradores de rua em Florianópolis é de homens com dependência química, na faixa etária de <sup>20</sup>18 a 60 anos. Mesmo sendo capital de Santa Catarina, Florianópolis não oferece para esse coletivo nenhum programa socioeducativo, nem inicial e nem continuado.

A cidade de Florianópolis conta com uma rede de serviços públicos de assistência *preliminar*, para o atendimento à População de Rua. É contemplada também com o serviço de várias outras entidades da sociedade civil que tem semelhança com a rede pública na forma de atendimento ofertado: aleatório e descontínuo, ou seja, como uma proposta reativa e assistencialista do trabalho social. Boa parte das vezes com o objetivo de atender à demanda imediata de *denúncia*, alimentação e roupas. É reconhecido como característica peculiar da atuação das organizações religiosas; o encaminhamento dos casos de dependência química para comunidades terapêuticas próprias. As comunidades terapêuticas existentes na cidade, são das igreja e são a única opção de tratamento de longa duração para dependentes químicos.

A rede pública é composta por serviço especializado e instituição de referência (unidade de saúde da Prainha, Hospital Celso Ramos e Hospital Florianópolis) e outras que atendem a população em geral. Os serviços especializados são: Centro de Referência Especializado de Assistência Social para a População em Situação de Rua (CENTRO POP); Serviço Abordagem Social; <sup>21</sup>Casa de Apoio Social Continente; Casa de Apoio Social Centro; Albergue Municipal; Consultório na Rua.

Ainda como serviços de referência: o Centro de Atendimento Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS-AD) com unidade na Ilha, referência em atendimento de transtornos psiquiátricos e atendimento de demanda espontânea da população em geral. E a unidade

---

<sup>19</sup> Disponível em: <http://ricmais.com.br/sc/cotidiano/videos/politicas-municipais-dao-assistencia-a-moradores-de-rua-de-florianopolis-mas-muitos-recusam-ajuda/> Acesso em: 08 abril 2015.

A mãe de um ex-morador de rua que é assistente social fez a seguinte declaração: “meu filho saiu da rua, mas a rua não saiu dele”.

<sup>20</sup> Idosos e crianças são atendidos pelos serviços de alta complexidade e se não houver atendimento o Ministério Público intervém, por isso não permanecem nas ruas.

<sup>21</sup> Disponível em [www.pmf.sc.gov.br/entidades/semas/index.php?pagina=notbusca&menu=4](http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/semas/index.php?pagina=notbusca&menu=4) Acesso em 08 abril 2015.

CAPS-AD localizada no Continente é referência em tratamento da dependência de álcool e drogas e para os encaminhamentos de pessoas em situação de rua que estejam residindo em casa de apoio, albergue e ou comunidades terapêuticas. O público usufrui os serviços que atendem população em geral: Instituto Psiquiátrico – IPQ, Hospital Celso Ramos; Hospital Universitário, Hospital Florianópolis Casa de apoio a Mulher; Conselho Tutelar; Guarda Municipal, Brigada Militar.

* Atenção às pessoas em situação de rua	
Da rede da Assistência Social:	
Centro POP	Abordagem Social
Casa de apoio do Continente – Casa de apoio do Centro – Albergue municipal – Casa da Mulher e da criança	
Outros: Guarda municipal - Brigada Militar - COMCAP - Conselho tutelar	

* Atenção às pessoas em situação de rua	
Da rede de atendimento á saúde:	
Consultório na rua	
Unidade básica de saúde da Prainha - CAPS álcool e Drogas – CAPS Ilha distúrbios mentais e outros: Instituto Psiquiátrico, Hospital Celso Ramos, Hospital Universitário, Hospital Florianópolis, Hospital Nereu Ramos, SAMU, bombeiros e comunidades terapêuticas privadas.	

O município que é capital do estado de Santa Catarina não possui rede de atendimento público para <sup>22</sup>tratamentos de longa duração, não tem clínicas e nem comunidades

---

<sup>22</sup> Até o ano de 2012 a Secretaria de Assistência Social de Florianópolis assumia o compromisso de fornecer, a partir de seus recursos, o tratamento para as pessoas com dependência. A partir do ano de 2012, houve o entendimento de que o tratamento da dependência química é uma questão de saúde necessitando um trabalho conjunto entre as secretarias de saúde e assistência social. Sendo que especificamente o tratamento da dependência química caberia a Secretaria de Saúde do município.

terapêuticas para dependência química.<sup>23</sup> Assim, eventualmente contratos de prestação de serviços são firmados com comunidades. São instituições dirigidas por organizações da sociedade civil que disponibilizam algumas vagas para a rede pública. Na falta de vagas públicas, um ou outro dependentes químicos assume o papel de demandantes, buscam a vaga e acessam espontaneamente a comunidade terapêutica que se dispõe a acolhê-lo(s). As mais atuantes na área metropolitana de Florianópolis são: Associação de Pais e Amigos do Grupo Alternativo – OLYMPO, no município de São Pedro de Alcântara, atende a qualquer município do estado de Santa Catarina; o Centro de Recuperação de Toxicômanos e Alcoolistas localiza-se no município de São José; Lar Recanto da Esperança localizado em Florianópolis; Missão Nova Vida, localizada no município de Antônio Carlos; O Bom Samaritano de São José.

Foi deflagrada uma campanha publicitária anos atrás que tinha como chamada: *Não dê esmola, dê oportunidade*. O desenvolvimento dessa campanha diante da fragilidade da rede e escassez de estrutura, recursos e ações planejadas, cabe à reflexão: quais são as reais oportunidades ofertadas a este público? A campanha se resumiu a dar uma resposta *paliativa* à sociedade. Em relação às pessoas em situação de rua; a ação efetiva consistiu em *espantá-los* dos lugares mais frequentados por turistas.

## **Educação e formação profissional**

Na Declaração dos Direitos Humanos a Educação é reconhecida como direito universal.

É fundamental considerar, que a educação não seja subestimada ou ao contrário superestimada na sua função social para com este público. A educação participa ativamente da dinâmica da vida social, não como solução dos problemas, mas, sim, como mediação do conhecimento relacionando-o ao conjunto das práticas sociais, contribuindo, assim, para o

---

<sup>23</sup> Isso se dá pelo fato de que os profissionais ligados a saúde entendem que os modelos de tratamentos adotados pelas comunidades terapêuticas são questionáveis, tendo em vista que muitas delas não possui em seu quadro funcional profissionais da área da saúde, como psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais.



processo emancipatório do indivíduo. Função social que a torna elemento chave na construção de políticas públicas que tenham por objetivo tratar com maior eficácia das questões relacionadas à população em situação de rua.

A população em situação de rua é mais um grupo com características específicas, que engrossa a estimativa de brasileiros sem acesso à educação. Quanto à sua especificidade, a população de rua não se adequa ao perfil assistido pela maioria das políticas públicas, tornando-se um desafio pensarem ações para este público.

A política educacional voltada para a EJA também foi pensada para atender as especificidades de um público que por inúmeras razões foi excluído da escola, visando garantir o direito universal à educação. Cabe, também, a este modalidade de educação dar conta de atender as demandas da população em situação de rua voltadas a educação básica, elevação de escolaridade e ensino profissionalizante.

A EJA como concepção de uma educação continuada ao longo da vida está implícita no Art. 3º da Declaração de Hamburgo, que resultou da V CONFINTEA de 1997 e que tem o seguinte teor:

A educação de adultos engloba todo o processo de aprendizagem formal ou informal, onde pessoas consideradas adultas pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade. A educação de adultos inclui a educação formal, a educação não formal e o espectro da aprendizagem informal e incidental disponível numa sociedade multicultural, onde os estudos baseados na teoria e na prática devem ser reconhecidos. (IRELAND, MACHADO, PAIVA, 2004, p.42 apud DOCUMENTO BASE PROEJA, p.41).

Tratando-se das funções reparadora, equalizadora e qualificadora assim,

[...] a EJA é entendida (...), então como modalidade de ensino como estratégia de formação continuada. As funções reparadora e equalizadora, por meio das quais o Parecer CNE/CEB nº. 11/2000 atribui o caráter de fazer cumprir o dever do Estado para assegurar o direito de todos à educação, reduzindo a desigualdade entre os que a tiveram e aqueles aos quais o acesso foi interdito, associa-se à terceira função – a qualificadora. Esta função, segundo o Parecer, revela o verdadeiro sentido da EJA, compreendida na perspectiva da formação para o exercício pleno da cidadania, por meio do desenvolvimento do pensamento crítico e autônomo de cidadãos

participativos conscientes de seus direitos sociais e de sua compreensão/inserção no mundo do trabalho, entendido como elemento fundamental ao processo de omnização de homens e mulheres e de produção cultural. (DOCUMENTO BASE DO PROEJA, p.42).

A educação básica se integra com a formação profissional com o PROEJA que foi instituído pelo

governo Federal [que] instituiu, em 2005, no âmbito federal, o primeiro Decreto do PROEJA nº 5.478, de 24 de junho de 2005, em seguida substituído pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, que introduz novas diretrizes que ampliam a abrangência do primeiro com a inclusão da oferta de cursos PROEJA para o público do Ensino Fundamental da EJA. A partir deste contexto, o PROEJA tem como perspectiva a proposta de integração da educação profissional à Educação Básica, buscando a superação da dualidade trabalho manual e intelectual, assumindo o trabalho na sua perspectiva criadora e não alienante. Isto impõe a construção de respostas para diversos desafios, tais como, o da formação do profissional, da organização curricular integrada, da utilização de metodologias e mecanismos de assistência que favoreçam a permanência e a aprendizagem do estudante, da falta de infraestrutura para oferta dos cursos dentre outros.

Como resultado de pesquisa realizada com pessoas em situação de rua, Almeida (2012) relacionou o que chamou de “obstáculos para o retorno/continuação do processo de escolarização”, entre eles: a falta de documentação civil; rompimento de vínculos familiar; estar em situação de rua; a rigidez do modelo escolar disciplinador; o longo período distante da escola e a baixa autoestima quanto ao seu nível de conhecimento; estigma que vive a pessoa em situação de rua; preconceito quanto à orientação sexual; falta de condições materiais necessárias para estar apresentável no espaço social da escola (roupas, sapatos, material escolar); as questões relacionadas à saúde como possível dependência química e a dificuldade de acesso ao tratamento, dentre outros.

O pesquisador descreve, também, as “possibilidades de superação desses obstáculos” levantados junto aos entrevistados, tais como: A importância da própria população de rua participar dos espaços democráticos e de decisão, fortalecimento da autonomia e emancipação; o apoio de pessoas que os ajudem a superar as dificuldades e obstáculos; o acompanhamento em instituições que estejam capacitadas em acolhê-los em sua diversidade; acesso para tratamento da dependência; além de ações voltadas ao combate do preconceito social contra a população em situação de rua.

Possibilidades essas que criam a perspectiva de que a condição de vulnerabilidade pode não ser permanente, mas transitória. Essa superação inicia no acolhendo da queixa e das demandas desses indivíduos e do coletivo. Isso se dá, a partir da construção de vínculos entre profissional/usuário, prospecção de diferentes formas de aproximação, reconstrução de laços e criar condições de estabelecimento de outros e novos laços com a família ampliada ou indivíduos de outras redes.

No que concerne à educação profissional no segundo semestre de 2014 foram pactuadas vagas do PRONATEC pela Assistência Social de Florianópolis com o MDS Programa Brasil Sem Miséria. A oferta profissional foi de instalador eletricitista executada pelo SENAI em parceria com Centro Pop. Apesar das <sup>24</sup>dificuldades de logística houve o empenho dos profissionais na viabilização para que oito indivíduos conseguissem se formar e receber certificado profissional de instalador eletricitista do SENAI. Não se sabe da inserção profissional, já que não houve acompanhamento.

Está em fase de planejamento oferta de EJA para esse ano de 2015. Com houve mudanças na equipe do Centro Pop, possivelmente essa não será viabilizada.

As redes podem ser constituídas ou fortalecidas integrando a assistência social, habitação, saúde e educação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A motivação pessoal em realizar este estudo surgiu no exercício das funções profissionais, como educadora social e membro da equipe de Abordagem Social (Abordagem de Rua) alocada junto ao Centro Pop na Secretaria de Assistência Social de Florianópolis. Pela necessidade de elaboração de artigo para o curso de especialização Proeja, conjugou-se a prática profissional e a vivência na atuação com o desejo de construir uma proposta de intervenção que trouxesse os benefícios da educação, à população de rua.

Quando levantamos a demanda de educação das pessoas em situação de rua identificamos que esse é, sem dúvida, um público da EJA. Se for comparado com o público da EJA tradicional, é notadamente mais vulnerável. Além do estigma de estar na rua esse

---

<sup>24</sup> Houve dificuldades de transporte, espaço físico, conflitos entre os usuários e ameaças aos servidores do Centro Pop atrapalharam a sequência normal do curso. Só houve êxito na formação de 08 pessoas devido ao empenho desmedido do assistente social que coordenava o Centro Pop.

coletivo que muito “*não tem*”, *teria* limitações intransponíveis, se não fosse a atuação das redes. É indiscutível a singularidade das pessoas em situação de rua.

Considerou-se pertinente trazer algumas questões como: 1. A limitação de escolaridade é um fator que joga as pessoas na rua? 2. De quem é a demanda de escolarização; do público em vista ou das instituições públicas, civis e sociais? 3. A elevação de escolaridade pode tirar alguém da rua? 4. Primeiramente escolarizá-los para que queiram sair das ruas; é essa a prerrogativa? 5. Eles querem ser escolarizados, ou nós é que achamos ou queremos fazê-lo? 6. Como representante de instituições públicas “precisamos” executar, ou mesmo por humanidade ou por direitos humanos desejamos que saiam das ruas? 7. Quando nos reportamos aos direitos civis ou direitos humanos falamos em nome deles ou em nosso nome enquanto instituição? 8. Atendimentos pontuais para resolver questões pontuais e o acompanhamento descontínuo sem estrutura e com poucos recursos dificultam a criação de vínculos que permitam que os técnicos conheçam o histórico, a realidade e os desejos reais de cada um desses indivíduos. 9. Como falar em nome deles se não os conhecemos? 10. Como executar a política, se os recursos são muito menores do que as reais necessidades? 11. Como fazer se as redes são precárias ou oferecem serviços descontinuados e de qualidade questionável? Como trabalhar as questões de saúde com os limites expostos de atendimento e não oferta de vagas?

A demanda por educação das pessoas em situação de rua, dificilmente será espontânea. Se assim fosse, eles acessariam e ocupariam os espaços que aparentemente estão disponíveis para acolhê-los como público da EJA ou da educação superior. É bom considerar que a pessoa em situação de rua de Florianópolis tem no mínimo quatro anos de escolaridade e conta com número reduzido de analfabetos.

A dependência química está levando para as ruas pessoas cada vez mais jovens; os filhos e filhas nascidos em boas famílias. A drogadição se dissemina em todas as classes sociais e morar nas ruas é situação recorrente. Ao contrário do que se acredita, as duas situações, pouco se dão pela condição de pobreza.

A rua também é local de trabalho para as pessoas em situação de rua, a exemplo de catadores de materiais recicláveis, flanelinhas, artistas de rua e artesãos. No caso de algumas pessoas em situação de rua: a prostituição, o tráfico de drogas, o crime e a mendicância são negócios “ilícitos” mas bem rentáveis, principalmente na temporada turística.

A proposta de intervenção de rede de Sanicola se coloca no sentido de que a intervenção de rede, atua com o risco de vulnerabilidade das pessoas e pode reduzi-lo na medida em que consegue ampliar em quantidade e qualidade, o capital de relações humanas à disposição. Daí compreende-se que a vulnerabilidade social pode ser uma fase transitória e de que as redes são determinantes na superação da mesma. Devemos nos conduzir no planejamento das ações e intervenções de educação ou outras, apoiando esses indivíduos na participação democrática nos espaços de decisão, seja no Conselho de direitos humanos e outros mais. Ainda, no Centro Pop que é o Centro de Referência no Atendimento às pessoas em situação de rua que tem no seu cotidiano do atendimento regras de uso e organização do tempo e espaço físico.

A esses indivíduos que vivem nas ruas em espaços abertos e livres, põem ser ofertados momentos de formação como educação não formal quando da frequência ao espaço físico do Centro Pop, no tempo das refeições, banho, no momento em que procuram ou guardam os pertences pessoais e no convívio social do pátio que dá acesso a edificação.

Reitera-se nesse estudo que profissionais e gestores devem atuar no fortalecimento da autonomia e emancipação; na busca da consolidação das redes que apoiam essas pessoas no sentido de ajudá-las a superar as dificuldades e obstáculos individuais; ainda no levantamento de instituições que estejam capacitadas em acolhê-los em sua diversidade; qualificação dessas redes; acesso para tratamento da dependência química; além de ações voltadas ao combate do preconceito social contra a população em situação de rua. Isso não significa ficar inertes esperando as condições ideais.

Deve haver uma relação dinâmica do usuário com os serviços oferecidos no quesito educação. Tanto a educação não formal quanto a formal deve se desenvolver *no* e *com* o cotidiano. De tudo isso se pode dizer que esses indivíduos buscam junto aos profissionais e gestores um pouco de humanidade e esses profissionais podem oferecer algo muito importante como as condições de gerar oportunidades reais de educação.

No acompanhamento desses indivíduos em ações não formais de educação poderemos prospectar as suas demandas legítimas para planejar, obviamente logo depois de atendidas as necessidades mais imediatas, a exemplo das questões de saúde. Isto é, a partir da *escuta* do que querem como oferta da educação formal. Essa *escuta* poderá ser processada por diferentes técnicos, em diferentes espaços e situações, mas são os (as) pedagogos (as) e os educadores sociais os (as) profissionais melhores preparados (as) para a intervenção.

O público alvo não deve ser *bode expiatório* do fracasso de algumas iniciativas de oferta de educação formal ou profissional como ocorre costumeiramente. Não participar ou demandar serviços de educação ou de inclusão no mundo do trabalho, pode ser decorrente da tentativa frustrada de *enquadramento* dessas pessoas em propostas prontas. Normalmente, há uma alijeramento da oferta, eles além de pouco escutados, não são cativados e tomados como sujeitos do processo educacional ou não é oferecido a eles as condições mínimas de participação como transporte, alimentação e outros. Quando se constrói *para*, e não *com* eles, o resultado tende a ser catastrófico. Ao final não podem ser responsabilizados, nem mesmo desprezados e desqualificados, por algo que eles não desejaram e, portanto deixaram naturalmente de participar.

Com o aumento dos números de drogadição e conseqüente impacto nas ruas há outro fator relevante; a saúde. São os problemas de saúde que colocam o maior número de pessoas nas ruas. Então como alguém com comprometimento psíquico e ou físico tem condições de demandar e persistir nos estudos? Somente o acompanhamento psicossocial do indivíduo pode nos dizer da disposição, condição ou não de estudar.

Conforme a opinião pública o fato de estar na rua estaria vinculado a questões econômicas, mas na verdade é a saúde que coloca as pessoas na rua. A população de rua pode-se afirmar com propriedade; é um público doente. Quanto mais tempo vive na rua, mais difícil é sua reabilitação física, psíquica e profissional.

Para muitos a rua é local de trabalho e alguns deles se deslocam temporariamente do espaço onde vivem na rua para mendigar, cuidar de carros ou comercializar. A rua é espaço de trabalho e moradia principalmente para aqueles que precisam de atendimento específico na saúde; os que convivem com doenças crônicas, drogas, alcoolismo e distúrbios psiquiátricos.

Este trabalho de pesquisa pretendeu conhecer e apresentar possibilidades educacionais que venham ao encontro das políticas públicas de assistência às *pessoas em situação de rua* convertendo-se num instrumento de transformação e empoderamento desses indivíduos que pelo seu modo de vida e vulnerabilidade social acabam tendo seus direitos básicos violados, a exemplo de situações como o acesso ao sanitários e duchas em locais públicos e a negação de acolhimento nas casas de apoio da rede de assistência social das pessoas com transtornos mentais graves.

A condição inicial para a proposição de ofertas educacionais que tenham condição de êxito se faz na construção *com* o público em questão. A partir da escuta ativa e da vontade

política, recursos humanos e econômicos, é que se faz possível viabilizar um planejamento e execução de plano sócio educacional para as pessoas em situação de rua.

No cotidiano da realidade das ruas, é possível comprovar que as pessoas em situação de rua, sofrem toda a forma de privações básicas que vão desde falta de moradia, alimentação, higiene, saúde, segurança, vínculos e outras necessidades que por ser de subsistência fazem com que a questão educacional não seja uma demanda frequente da maior parte deste público e nem faça parte de ações planejadas, de maneira contínua para estes indivíduos, através de políticas públicas. Do ponto de vista da própria Assistência Social no contexto de Florianópolis, a educação não representa uma demanda prioritária, haja vista que não existem nessa área ações programadas de maneira planejada e contínua com fins educacionais voltadas para as pessoas em situação de rua.

Na criação de alternativas de educação, as tentativas de implantação de turmas de EJA e PRONATEC em 2014 e até mesmo das oficinas também apresentam dificuldades principalmente em contar com profissionais que se disponibilizem a trabalhar com estes sujeitos, tendo em vista as limitações de segurança, dificuldades inerentes, características específicas, o preconceito social e o estigma em que se encontram imersos.

Como subscreeve Almeida (2012) há outros elementos que dificultam e impedem o retorno aos estudos como: a falta de documentação civil e de escolaridade; rompimento de vínculos familiares; a rigidez do modelo escolar disciplinador e fechado em salas e laboratórios; o longo período distante da escola e a baixa estima quanto ao nível de conhecimento; o estigma por estar em situação de rua e não ter comprovante de endereço; preconceito quanto à orientação sexual; falta de condições materiais para estar apresentável no espaço social da escola como roupas, sapatos, material escolar; aparência física; asseio pessoal e as questões relacionadas à saúde como a dependência química e distúrbios psíquicos, dentre outros.

Contudo, esta pesquisa se justifica pela capacidade de transformação social que uma educação de qualidade tem em seu cerne, quando se desenvolve como processo que atende a sujeitos detentores de direitos constitucionais e humanos, por isso da atenção às demandas específicas, sejam elas de qualquer natureza. .

Todos os esforços no sentido concretizar a educação como direito universal são válidos, desde a atenção inicial na educação não formal em formato de oficinas, cursos de

curta duração, ofertas espontâneas, até a educação formal na elevação de escolaridade, formação profissionalizante e o apoio no acesso ao mundo do trabalho.

Um processo educacional exitoso inicia na escuta dos sujeitos, no acolhimento que principia pela busca ativa, no acesso, no apoio à permanência e no êxito escolar e acompanhamento no mundo do trabalho, pelo menos por um tempo.

Isso se consolida na dinâmica das redes que constroem um trabalho coletivo, integrado, organizado, planejado e executado de forma continuada e sistemática independente das mudanças políticas.

## REFERÊNCIAS

- a. ALMEIDA, Sara Ferreira de. **População em situação de rua e o retorno à educação escolar: entre dificuldades e possibilidades**. Congresso Internacional Pedagogia Social. Campinas. Scielo Proceedings.2012. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/30.pdf>>. Acesso em: 17.fev.2015.
- b. BRASIL. MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social. **Plano Nacional de Assistência Social - PNAS**. Brasília, Novembro, 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUAS-sem%20marca.pdf>>. Acesso em: 15 mai; 2014.
- c. \_\_\_\_\_ Secretaria Nacional De Assistência Social. **Perguntas frequentes/população em situação de rua**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/pse-protacao-social-especial/populacao-de-rua/populacao-em-situacao-de-rua>>. Acesso em 18 mai.2014.
- d. \_\_\_\_\_ Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistencial**. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/livros/tipificacao-nacional-de-servicosocioassistenciais/livro.P20Tipificacao,P20Nacional2014.pdf.pagespeed.ce.Sr\\_boxOpgi.pdf](http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/livros/tipificacao-nacional-de-servicosocioassistenciais/livro.P20Tipificacao,P20Nacional2014.pdf.pagespeed.ce.Sr_boxOpgi.pdf)>. Acesso em: 17 ago.2014.



- e. BRASIL. MEC. **Documento base PROEJA**. Brasília: 2007.
- f. \_\_\_\_\_. Ministério de Educação e Cultura. **Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens- PROEJA**. Disponível em:  
<[http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=562&catid=259:proeja&id=12288:programa-nacional-de-integracao-da-educacao-profissional-com-a-educacao-basica-na-modalidade-de-educacao-de-jovens-e-adultos-proeja&option=com\\_content&view=article](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=562&catid=259:proeja&id=12288:programa-nacional-de-integracao-da-educacao-profissional-com-a-educacao-basica-na-modalidade-de-educacao-de-jovens-e-adultos-proeja&option=com_content&view=article)>. Acesso em 18 maio. 2014.
- g. DANTAS, Mônica. **Construção de Políticas Públicas para População em Situação de Rua no Município do Rio de Janeiro: Limites, Avanços e Desafios**. 2007. 164 f. Dissertação (Programa de pós- graduação em saúde pública subárea saúde e sociedade) Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional Saúde Pública Sérgio Arouca. Disponível em: <[www.rederua.org.br/textos\\_moradores/construcao\\_de\\_politicas.pdf](http://www.rederua.org.br/textos_moradores/construcao_de_politicas.pdf)>. Acesso em 18 maio. 2015.
- h. Brasil. **Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm)>. Acesso em 28 abril 2015.
- i.
- j. MATTOS, Ricardo Mendes. FERREIRA, Ricardo Franklin. **Quem vocês pensam que (elas) são? Representação sobre as pessoas em situação de rua**. São Paulo. Universidade de São Marcos. *Psicologia & Sociedade*; 16 (2): 47-58; maio/ago.2004. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n2/a07v16n2.pdf>>. Acesso em: 17. fev. 2015.
- k. RAMOS, Elenita Eliete de Lima; BREZINSKI, Alice Sens. **Legislação educacional**. 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014.
- l. SANICOLA, Lia. **As dinâmicas de rede e o trabalho social**. São Paulo: Veras Editora, 2008.
- m. ZWIEREWICZ, Marlene. **Seminário de pesquisa e intervenção I**. Florianópolis: IFSC, 2014.
- n. \_\_\_\_\_. **Seminário de pesquisa e intervenção II**. Florianópolis: IFSC, 2014.
- o. \_\_\_\_\_. **Seminário de escrita**. Florianópolis: IFSC, 2014.

- p. Disponível em: <http://ricmais.com.br/sc/cidades/videos/apos-protestos-prefeitura-de-florianopolis-monta-posto-de-atendimento-a-mendigos-em-canasveirias/> Acesso em: 08 abril
- q. Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/jornal-do-almoco/videos/t/edicoes/v/assistencia-social-de-florianopolis-intensifica-operacao-de-abordagem-nas-ruas/3483347/> Acesso em: 08 abril 2015
- r. Disponível em: <http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/219038-cresce-o-numero-de-moradores-de-rua-em-florianopolis.html> Acesso em: 08 abril 2015.
- s. Disponível em: <http://www.deolhonilha.com.br/florianopolis/noticias/assistencia-social-amplia-o-trabalho-de-abordagem-a-moradores-de-rua.html> Acesso em: 08 abril 2015.
- t. Disponível em: <http://ricmais.com.br/sc/cotidiano/videos/politicas-municipais-dao-assistencia-a-moradores-de-rua-de-florianopolis-mas-muitos-recusam-ajuda/> Acesso em: 08 abril 2015.
- u. Disponível em [www.pmf.sc.gov.br/entidades/semas/index.php?pagina=notbusca&menu=4](http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/semas/index.php?pagina=notbusca&menu=4) Acesso em 08 abril 2015